

A aplicação da Agenda Setting em conteúdos ficcionais : notas sobre o papel das telenovelas na constituição da pauta do telejornalismo

Iluska Coutinho

Universidade Metodista

Resumo: Sucesso de público e de formato narrativo as telenovelas brasileiras ocupam lugar de destaque na mídia televisiva internacional. Para além da utilização das tramas para suscitar a reflexão de temas de relevância na sociedade, o que algumas vezes se define como merchandising social, nos interessa problematizar a relação entre as telenovelas e outro gênero também campeão de audiência: o telejornalismo. O recorte a ser feito se relaciona com as referências ao conteúdo expresso nos dois gêneros televisivos. Mais que isso nos interessa debater o papel das telenovelas, das tramas ficcionais, na construção da chamada pauta jornalística à luz da hipótese do agenda-setting, algumas vezes identificada como uma abordagem teórica do jornalismo, apenas. O trabalho apresenta assim uma reflexão sobre a possibilidade de agendamento do espaço noticioso, via narrativas de ficção.

Palavras-chave: agenda setting, televisão, telenovelas

A influência da mídia, e especialmente da imprensa diária no agendamento dos interesses, preocupações, seleção e destaque, atribuído pela sociedade de um modo geral aos temas cotidianos, é há muito tempo motivo de discussões e debates. Ainda que de forma empírica e sem uma metodologia criteriosa que pudesse validar suas análises cientificamente, Theodore White já expressava em 1972 um dos pontos-chaves da hipótese do agenda-setting: o papel (ou função) de agenda dos meios de comunicação de massa. Ou melhor, apesar da referência aos meios, de forma genérica, o objeto desses estudos é o chamado gênero informativo, jornalístico.

A hipótese do agenda-setting, com essa denominação, surge exatamente no início da década de 70, através de um trabalho de McCombs & Shaw que estudava o papel dos media na formação e mudança de cognições¹. Para muitos estudiosos, pesquisar a

relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública representava um regresso à problemática dos efeitos.

No panorama das doutrinas em Ciências Sociais e do comportamento, a hipótese do agenda-setting surge com o declínio do Behaviorismo e a emergência da psicologia cognitiva. Já em relação aos estudos e formulação da chamada Teoria da Comunicação, a proposta de relacionar a agenda temática dos jornais e outros veículos de comunicação massiva com as agendas de indivíduos, grupos sociais e instituições se opõe ao modelo dos efeitos limitados, por sua vez também uma reação à abordagem da seringa hipodérmica.

Em outras palavras, enquanto o panorama de estudos da comunicação propunha uma abordagem integrada com outros fatores de influência, como a relação do indivíduo no grupo, os processos psicológicos intervenientes, as informações e dados pré-estabelecidos por cada um, os estudos de agenda-setting retornavam à abordagem de efeitos a curto prazo, impressos pela mídia em determinados públicos².

Na verdade, a vinculação causal entre os conteúdos divulgados através do jornalismo e os temas de interesse comum na sociedade já vinha sendo estudada por outros pesquisadores desde a década de 20, embora sem a denominação agenda-setting que hoje marca os pressupostos. A primeira pesquisa de que se tem registro, embora não contasse com rigor científico no tratamento das variáveis, foi publicada no livro “Public Opinion”, de Lippman (apud, 1922), considerado por McCombs a origem doutrinária da hipótese do agenda setting.

Três anos mais tarde (1925), os estudos de agenda eram retomados por Roberta Ezra Park que chamava a atenção para a influência dos meios de comunicação de massa na definição de uma “certa ordem de preferências temáticas” (Barros, 1995: p.174.) Apenas em 58, através de um artigo de Norton Long (1958, p: 252-261), a hipótese do agendamento dos mídia era formulada de forma clara.

A idéia central do agenda-setting volta a ser defendida por Cohen³ ainda antes de McCombs, em 1963, : “A mídia talvez não imponha o que pensar, mas seguramente impõe sobre o que pensar” (Cohen, 1963: p 13). Publicado em 1972, o estudo de McCombs & Shaw deu início ao que o próprio autor chama de evolução da hipótese do agenda-setting que com o Charlotte Study inaugura o que McCombs define como segunda

geração de trabalhos em agenda, uma espécie de aperfeiçoamento científico.

A hipótese é sintetizada por Mauro Wolf (1995, p.130):

“Em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligência elementos específicos do cenário público. Os media através de seus critérios de seleção e edição de notícias apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir”.

Ainda segundo Mauro Wolf, essa abordagem reservava aos media um papel de mediação simbólica entre o mundo real e os indivíduos. Dessa forma, o entendimento das situações e fatos vivenciados, “a compreensão que as pessoas têm da realidade” seria oferecida através dos meios de comunicação de massa, com destaque para a mídia jornalística.

No Charlotte Study, McCombs relaciona o efeito de agenda a uma série de pontos como o tipo de mensagem, o veículo usado, conhecimentos prévios da audiência, de forma a reduzir o determinismo do pressuposto inicial. Uma das conclusões do primeiro estudo de segunda geração são os diferentes poderes de agenda dos veículos jornal impresso e televisão.

Assim, com o estudo das eleições presidenciais americanas de 72, McCombs observa que há mais agenda-setting em mensagens impressas que em televisivas. Nas emissões de TV o efeito de agenda registra níveis de detalhamento muito baixos.

Vale dizer que apesar de se referirem às mensagens veiculadas via televisão, sem distinção de gêneros, os estudos realizados até então tinham como objeto os conteúdos veiculados via telejornal, de caráter jornalístico e mais precisamente o material que poderia ser definido como factual. O fato é que, ainda levando em conta o pressuposto mcluhiano de prevalência do meio, em detrimento da mensagem veiculada, a forma de organização da linguagem em cada gênero televisivo pode ser um diferencial no que diz respeito ao baixo poder de agendamento frequentemente atribuído ao veículo.

McCombs ainda estabelece uma diferenciação quanto à abrangência das “agendas”

existentes. Ao todo seriam cinco tipos de agenda: intrapessoal, interpessoal manifestada, da mídia, pública e institucional. O poder de agendamento dos mídia estaria restrito à três delas: interpessoal, pública e institucional. McCombs ainda chama a atenção para a não influência da mídia na chamada agenda privada ou intrapessoal mas, segundo ele, “*a incidência de temas da agenda privada na sociedade é mínima, estatisticamente desprezível, porque só as pessoas que pertencem ao mesmo círculo imediato de relações os comentarão*” (McCombs, 1972).

A ação dos meios de comunicação de massa estaria restrita aos temas comuns em discussão na sociedade de um modo geral ou em diferentes grupos. Segundo McCombs “estes sim são impostos pela mídia”.

A sociedade brasileira registra em sua história recente uma série de casos que podem ser considerados exemplos claros de agenda-setting, no que diz respeito ao jornalismo. A entrevista de Pedro Collor, publicada pela revista Veja, e que deu origem a ampla mobilização social, à instalação de uma CPI e finalmente, à cassação do ex-presidente Fernando Collor de Mello, é um caso clássico.

Só para citar dois casos registrados em nível nacional, em julho de 1998, poderíamos apontar o mistério envolvendo a escalação de Ronaldinho na final da Copa do Mundo e o escândalo da falsificação de medicamentos.

A hipótese tem uma problemática aceitação científica, ainda não garantida. O primeiro a apontar os senões, as dificuldades epistemológicas de verificação do modelo de agendamento foi seu próprio precursor, McCombs.

Para Clóvis de Barros Filho, o primeiro complicador seria o prazo para constatar os efeitos, o que ele define como “período de eficácia”: “a maioria dos autores se limita à análise de prazos curtos, cerceando a fertilidade possível dos resultados” (Barros Filho, 1995. p: 180). Ele ainda chama a atenção para o fato de que a não-definição de um padrão mínimo pode até mesmo dar origem a erros de avaliação aumentada dos efeitos de agenda.

Ao longo dos anos, o paradigma do agenda-setting sofreu uma série de adaptações. Foram os próprios precursores da hipótese que, já na década de 70, em estudos posteriores, passaram a relativizar a influência do mídia nas diferentes agendas.

A hipótese inicial, de que os mídia forneceriam aos indivíduos e instituições a lista de assuntos com que se preocupar ou a sua agenda de temas, entra em questionamento.

Nelson Traquina, estudioso português, ressalta os questionamentos advindos dos próprios autores da hipótese em um artigo intitulado “O Paradigma do Agenda-Setting: a redescoberta do poder do jornalismo” (1995).

Segundo Traquina, McCombs e Shaw teriam feito uma série de considerações sobre o modelo inicial, duas décadas após a formulação da hipótese, ampliando a noção de agenda-setting. “As notícias também nos dizem como pensar isso. Tanto a seleção dos objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agenda-setting” (Traquina, 1995. p: 30). A posição de McCombs e Shaw, assumida também por Traquina, porém, não é ponto pacífico entre os estudiosos da Comunicação; pelo contrário, é ponto polêmico.

As últimas pesquisas que estudam o paradigma do agenda-setting chamam a atenção exatamente para a relação existente entre as agendas. De que forma a agenda oferecida pelos meios de comunicação de massa, notadamente pelos jornais impressos, cujo poder de agendamento já havia sido destacado em trabalhos anteriores, seria também influenciada por outras agendas, como a agenda política, a agenda governamental ou ainda a agenda das fontes/assessores de imprensa?

“Para aparecer nos jornais há assassinos que assassinam”, escreveu Eça de Queiroz, dando ao fascínio da mídia um estilo dramático. Adriano Duarte Rodrigues se refere a essas ações, fatos criados pelos indivíduos em busca de uma visibilidade e posicionamento públicos, como metacontecimentos. Esses seriam fatos, apenas discursivos, na medida em que, ao contrário dos acidentes da natureza, seriam regidos por pressupostos do mundo simbólico, “o mundo da enunciação. É sempre uma ordem ditada em função das dimensões associadas do querer-dizer, do saber dizer e do poder dizer” (Rodrigues, 1993. p 29) .

Hollywood recentemente tratou da questão em um filme, cujo título foi traduzido como “Mera Coincidência”. Em meio a denúncias de abuso sexual, numa clara referência/agenda do escândalo Mônica Lewinski, a reeleição do presidente dos Estados Unidos seria garantida pela (des)orientação da agenda dos mídia, planejada pelo personagem de Robert de Niro. Os metacontecimentos ganham vida com a contratação de um produtor de filmes, interpretado por Dustin Hoffman, que torna real e noticiável pela mídia televisiva a agenda montada pela coordenação de campanha do presidente americano.

Retomando as tipificações estabelecidas por McCombs e Shaw é certo que a agenda

estabelecida pela imprensa ou agenda midiática teria um poder ampliado em relação a outras agendas, como a interpessoal, a intrapessoal, a pública e a institucional. Afinal, esses horizontes ampliados estão inseridos na própria definição dos veículos jornalísticos no mundo moderno, meios de comunicação de massa.

Apesar disso, cabe lembrar que os veículos só exercem o papel de agenda na medida em que são considerados um ponto de referência a ser considerado na estruturação da visão de mundo pelos indivíduos, em que têm credibilidade. Como pensar então no poder de agenda de uma narrativa de ficção?

Pelos parâmetros expostos o fato da telenovela representar o espaço de “fantasia”, da expressão de conteúdos que não tenham correspondência direta com o chamado mundo real poderia ser considerado um limitador no que diz respeito ao seu poder de agenda. Apesar disso algumas considerações são necessárias. A primeira delas decorre da diferença entre os conceitos de verdadeiro e verossímil.

Em outras palavras, embora os conteúdos das telenovelas não tenham uma exigência de representação do que ocorre fora das telas em uma espécie de janela-espelho, há uma preocupação com o fato de que as narrativas devam ser credíveis. Não se trata aqui de retomar discussões filosóficas sobre essência e aparência, mas de reconhecer que a questão da verossimilhança parece fazer parte do universo de preocupações dos autores de novelas.

Embora não sejam assim, claramente, a expressão do real, as narrativas presentes em nossas telenovelas buscam guardar uma lógica análoga à dos acontecimentos do cotidiano dos telespectadores. Assim, ainda sem o compromisso de serem “verdadeiras”, as narrativas seriadas em televisão apresentam, na maioria dos casos, a aparência de verdade no que diz respeito à preocupação em apresentarem possibilidades concretas e condizentes às lógicas de ações individuais ou coletivas. Poderíamos inclusive dizer que possuem assim uma espécie de “credibilidade particular”.

Não se trata aqui de fazer uma defesa do realismo em nossas telenovelas, mas de reconhecer que as histórias ditas “fantásticas” têm um espaço reduzido nesse gênero, enquanto no formato de mini-série esse tipo de narrativa apareça com mais frequência.

O fato é que o “diálogo” entre cotidiano (real) e telenovela (ficção) é uma realidade algumas vezes ampliada pelas páginas dos nossos jornais, ou mesmo multiplicada pela

inserção de matérias em telejornais. Alguns autores, como por exemplo Manoel Carlos, afirmam se apropriar de temáticas que fazem parte do dia-a-dia dos telespectadores como forma de aproximar a narrativa ficcional de sua possível audiência e ainda como um espaço para que sejam trabalhados conteúdos que acabam por assumir um caráter educativo.

A relação entre os temas apresentados via telenovela e o noticiário na mídia brasileira, especialmente a impressa, já foi ressaltado em alguns trabalhos. Entre eles destacamos uma pesquisa da professora Maria de Lourdes Motter, apresentada no último congresso da Intercom, em que a questão do agendamento do jornalismo é tangenciada através da análise de telenovelas como *Rei do Gado* e *Por Amor* (Motter, 1999. p: 2).

O recorte a ser feito aqui envolve a análise dos conteúdos expressos nas telenovelas e em outro gênero também “campeão de audiência”, o telejornal. A proposta seria de buscar uma vinculação entre os temas apresentados nas narrativas de ficção e posteriormente objeto de pauta de matérias jornalísticas apresentadas na televisão brasileira.

Esse agendamento portanto não seria “imediato”, no sentido de que entre as agendas estabelecida pelas situações e diálogos apresentados na telenovela e a chamada agenda pública haveria a intermediação da agenda dos media, entendida aqui como a agenda dos telejornais. Seria como analisar a questão do agenda-setting como um processo em dois estágios.

Não se trata de, em uma análise que pode parecer primária, tentar evidenciar o momento de surgimento do tema na agenda dos indivíduos apenas a partir de sua inserção nos noticiários televisivos. O que nos interessa nesse momento, para além das associações entre interesse (do) público, é evidenciar uma vinculação entre a agenda de nossas telenovelas e nossos telejornais; nos interessa debater o papel das telenovelas, das tramas ficcionais, na construção da chamada pauta jornalística. O trabalho assim se propõe como uma reflexão sobre a possibilidade de agendamento do espaço noticioso em televisão a via narrativas ficcionais.

Nesse sentido seria interessante retomar uma das limitações ao poder de agenda do jornalismo apontadas nos estudos de agenda-setting. Como salientou Clóvis de Barros Filho (1995, p: 179) a comprovação da hipótese de agendamento estaria restrita às agendas pública e institucional. Para além da dificuldade de verificação de vinculações entre a agenda da mídia (jornalismo) e a agenda interpessoal o autor acredita que as agendas

privada e intrapessoal não sofreriam qualquer impacto em relação aos conteúdos apresentados via meios de comunicação.

Essa aparente lacuna parece ser exatamente o espaço de atuação do que poderíamos chamar de agenda das telenovelas. Afinal as narrativas ficcionais parecem ser dirigidas especialmente na perspectiva de consumo individual, inclusive porque o acompanhamento da história exigiria uma espécie de “afastamento” do mundo social aliado a um “diálogo” com o imaginário de cada telespectador, ao menos durante a exibição e “consumo” dos capítulos.

Dessa forma, considerando a hipótese das telenovelas atuarem sobre as agendas privada, intra e interpessoal, poderíamos buscar inclusive uma vinculação entre os conteúdos ficcionais e o chamado “interesse público”, que representa um dos principais parâmetros orientadores do jornalismo, incluindo o televisivo. Assim ao funcionar como um indicativo para a constituição do interesse dos telespectadores as telenovelas poderiam estar funcionando como definidoras da agenda telejornais.

Além disso vale ressaltar que as chamadas notícias de televisão, para usar a terminologia de Paul Weaver, tem uma característica diferenciada em relação aos outros media. Além das diferenças no que diz respeito à forma narrativa, técnicas de redação em outros media, ao fato da informação televisiva ser organizada no tempo enquanto nos jornais impressos essa organização se dá no espaço físico, há uma variação também fundamental em relação às temáticas que geram pautas no jornal e na telinha:

“ a <<estória>> televisiva, estruturalmente, é virtualmente incapaz de se limitar à simples denominação de acontecimento e à função bordadora desempenhada pela <<estória>> de jornal; inevitavelmente a <<estória>> televisiva entra, por baixo, ou para lá do acontecimento em si para se fixar em algo mais – um processo, um modo, uma tendência, condição, ironia, relação ao qualquer coisa que pareça um tema adequado na circunstância.” (Weaver, 1993. p: 299)

Essa variação temática já indica uma aproximação entre os conteúdos expressos em telenovelas, em geral circunstâncias e relações vividas pelos indivíduos cotidianamente, e os assuntos se não objeto principal da pauta do telejornalismo, ao menos constituinte quase obrigatório de sua execução. Em relação ao formato narrativo não é incomum encontrarmos

referência ao jornalismo televisivo como uma forma dramatizada de transmitir informação, embora nosso interesse aqui não seja investigar as proximidades entre os códigos de telenovela e telejornal.

Ainda com relação à questão temática dos jornais televisivos há inúmeros estudos que salientam a tendência ao foco em temas que poderiam ser considerados menores no que diz respeito ao que se convencionou chamar de hard-news, as notícias factuais. Ao analisar a informação televisiva à luz de Bernard Miège, para quem o telejornal na França seria um “rendez-vous” cotidiano, Rui Cádima chama a atenção para essa opção temática que seria inerente ao veículo: “Tudo é dado no fait-divers. (...)terá que passar inevitavelmente pela emergência das pulsões, das singularidades e da vitalidade do social, do individual e do cultural, ou seja, pela emergência das soft news” (Cádima, 1996. p:93-94).

Mais uma vez as particularidades da pauta jornalística em televisão indicam uma proximidade em relação aos temas que fazem parte das narrativas de ficção na televisão brasileira. Essa aproximação de caráter teórico e/ou analítico poderia ser evidenciada através de uma análise dos conteúdos expressos nos dois gêneros televisivos.

No caso das telenovelas exibidas pela Rede Globo de Televisão, à exceção das histórias de época, esse “interação” parece ser inclusive estimulada através do diálogo entre programas de entrevistas e entretenimento. Assim é comum a referência a atores/personagens e diálogos das telenovelas em outros espaços da programação, incluindo o jornalismo, com destaque para o “Jornal Hoje”, que tem um formato próximo de uma revista eletrônica.

Essa vinculação entre tramas ficcionais e conteúdos de programas jornalísticos ou de entrevistas é maior no caso das novelas exibidas no horário nobre, frequentemente identificadas como das 20 horas, embora sua exibição ocorra apenas após o Jornal Nacional, que ocupa esse horário. De autoria de Manoel Carlos a história em curso nesse horário, a telenovela “Laços de Família”, inclui a abordagem de temas como doação de órgãos, relacionamentos com grande diferença de idade, prostituição que devem ser retomados no noticiário televisivo a partir da interação com os diálogos e histórias suscitados a cada capítulo.

Assim a hipótese do agenda-setting pode ser utilizada como importante ferramenta de análise e abordagem dessa interação entre os conteúdos ficcionais e jornalísticos

exibidos no chamado “bloco das oito”, por exemplo. Para além da discussão sobre a existência ou não de gêneros no meio televisão, suscitada em artigo pelo professor Arlindo Machado, esse diálogo entre as agendas temáticas de ficção e não-ficcionais pode oferecer importante contribuição para compreendermos se o que Barbero classifica como melodrama poderia ser considerado uma característica da informação na televisão, seja em uma estrutura narrativa como a das telenovelas, seja nos telejornais.

Notas:

¹ O trabalho realizado por Maxwell McCombs e Donald Lewis Shaw se chamava “The agenda- setting function of mass media”. A pesquisa, considerada o primeiro trabalho científico em agenda, foi realizada em 1968 e recebeu o nome de pesquisa Chapel Hill. O estudo abordou a influência dos media durante campanhas políticas nos Estados Unidos e foi publicado na revista *Public Opinion Quartely*, volume 36.

² Isso embora McCombs e Shaw em seus estudos posteriores (1977) chamassem a tenção para o caráter não imediado do agenda-setting. Como uma série de associações e interferências a médio e longo prazo, na agenda pública e também na chamada agenda pessoal os média estariam desempenhando um papel de destaque na construção social da realidade.

³ apud “The press and foreign policy”, p.13.

Bibliografia

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação – da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 1995.

CÁDIMA, Francisco Rui. *História e crítica da comunicação*. Lisboa, Edições Século XXI Ltda, 1996

COHEN.B.C. *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

MCCOMBS, M & SHAW, D. *The agenda setting function of mass media*. *Public Opinion Quartely*, n.36, 1972.

MACHADO, Arlindo. *Pode-se falar em gêneros na televisão?*. Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia. Faculdade de Comunicação Social. PUCRS – Nº 10: 142-158, junho 1999

MOTTER, Maria de Lourdes. *ãoTelenovela, cotidiano, educação e crítica*. {CD-ROM}. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 1999.

LONG, N.E. *The local community as ecology of games*. American Journal of Sociology, nº64, 1958.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995

WEAVER, Paul H. *As Notícias de Jornal e as Notícias de Televisão*. In *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Nelson Traquina (org.). Lisboa: Veja, 1993

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 4ª Ed. Lisboa: Presença, 1995